

Entre a tradição e a assimilação: A Escola Japonesa de Santos durante o Governo Vargas (1930 – 1943)

Rafael da Silva e Silva
Professor Educação Básica
E-mail: prof.rafael443556@hotmail.com

Palavras-chave: Escola Japonesa de Santos. História da educação em Santos. Governo Vargas.

A presente comunicação faz parte de uma dissertação mais abrangente sobre a educação japonesa na cidade de Santos. O estudo privilegiou a história da Escola Japonesa de Santos, que funcionou no período de 1930 até 1943, quando foi fechada por determinação da política nacionalista do Governo Vargas. A escola, durante seu período de funcionamento, teve um importante papel no cotidiano da colônia japonesa da cidade, pois era o principal estabelecimento de difusão da língua japonesa, além de ser responsável pela centralização do ensino japonês na região e ser a sede da Associação Japonesa de Santos, responsável pelos interesses da colônia. Contudo, o período de funcionamento da Escola foi marcado por uma forte política nacionalista, onde as escolas estrangeiras sofreram uma série de restrições, sendo que muitas delas tiveram que parar suas atividades. Assim, o estudo através da história da Escola, pretende discutir até que ponto a instituição foi responsável pela preservação da cultura japonesa e pela inserção dos japoneses e seus descendentes na cultura brasileira e quanto as políticas de Getulio Vargas influenciaram em suas práticas educativas.

Como a Escola foi obrigada a parar de funcionar e incorporada ao patrimônio da União, os imigrantes foram obrigados a deixar a cidade, permanecendo cinquenta quilômetros distante da costa litorânea, muitos documentos que poderiam auxiliar a pesquisa se perderam ou encontram-se em locais ainda não explorados, dificultando o trabalho histórico. Portanto, além da pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados focalizou-se em acervos pessoais, onde foi possível encontrar alguns documentos relevantes, tais como fotografias, jornais, cadernos de atividades etc. Além disso, recorreu-se a História Oral para obter relatos de ex-alunos e pessoas que, no passado, tiveram um contato mais próximo com a colônia e com a escola japonesa.

A formação da colônia japonesa em Santos

Apesar de todo o contexto histórico do Brasil e do Japão que norteiam a imigração para a lavoura de café, o marco inicial da história dos japoneses no Brasil sem dúvida é a chegada do navio *Kasato Maru*, que atracou no porto de Santos no dia 18 de junho de 1908 com cerca de oitocentas pessoas que foram destinadas ao interior do Estado de São Paulo (HANDA, 1987).

A partir do momento em que substituíram o trabalhador escravo pelo imigrante, os fazendeiros produtores de café passaram a sofrer com problemas de mão de obra até então desconhecidos. Dentre eles, é possível destacar a alta mobilidade dos trabalhadores nas fazendas de café devido às péssimas condições de trabalho e de ganhos que incentivava o imigrante a buscar outras fazendas, migrar para a cidade grande ou até mesmo, em alguns casos, emigrar para outros países (NOGUEIRA, 1973). Para agravar ainda mais a situação, em 1902, a Itália, maior fornecedor de braços para a lavoura cafeeira até então, proibiu a emigração para o Brasil alegando condições insalubres de vida e a alta exploração do trabalho nas fazendas (HOLLOWAY, 1984). Nesse sentido, o governo procurou estreitar as relações com o Japão a fim de conseguir um novo país fornecedor de braços para lavoura, além de ampliar o mercado consumidor do café. Os cafeicultores acreditavam que por vir de tão longe, o imigrante japonês se fixaria com mais facilidades nas fazendas e garantiriam a estabilidade da colheita (NOGUEIRA, 1973).

Aconteceu, contudo, exatamente o contrário do que os cafeicultores esperavam e, logo no primeiro ano de experiência com os japoneses, registraram-se os primeiros casos de abandono das fazendas Canaã e Floresta, sendo que em 1909, sobraram poucos japoneses nas fazendas de café. A autora Arlinda Rocha Nogueira (1973) constatou que muitos imigrantes vieram para o Brasil, registrados como lavradores sem na verdade o ser. Assim muitos imigrantes deixaram as fazendas para trabalharem na cidade em ofícios com que estavam mais familiarizados em sua terra natal; outros procuraram novas fazendas que ofereciam melhores condições de trabalho ou mesmo arrendaram terras para atuarem em suas próprias colheitas. Na medida em que chegavam notícias dos que deixavam as fazendas e obtinham sucesso em seus novos destinos, mais imigrantes animavam-se para deixar as fazendas (HANDA, 1987).

Pouco a pouco, surgiram núcleos de imigrantes japoneses em diversas partes do estado de São Paulo e outras regiões do país, como por exemplo, no Paraná, onde se formou uma grande colônia nipônica. Assim também aconteceu com a cidade de Santos, cuja colônia foi

constituída na maioria por imigrantes provenientes de Okinawa, província do sul do Japão onde havia uma cultura diversificada do restante do arquipélago. Os primeiros imigrantes que se instalaram em Santos saíram das fazendas Canaã e Floresta e, possivelmente, teriam sido atraídos pelas similitudes da cidade portuária com a terra natal (HANDA, 1987).

Esses pioneiros puderam trabalhar inicialmente nas obras de expansão do cais santista, na Pedreira do Jabaquara como operários e no carregamento de café como estivadores (HANDA, 1987). Apesar do franco desenvolvimento do porto santista e de sua importância para a economia do país no auge da produção cafeeira, os japoneses permaneceram pouco tempo nos trabalhos portuários, dedicando-se principalmente a horticultura e a pesca, ocupando regiões periféricas da cidade, mas que possibilitaram a prática dessas atividades com grande êxito. Além disso, através dos anúncios contidos no Jornal A Tribuna, que circulou na cidade no período estudado, os japoneses também trabalharam em serviços domésticos variados, como copeiros, ama de leites etc.

As possibilidades de trabalho na região de Santos alimentaram a esperança de outros colonos de Okinawa. Em 1913, o Recenseamento realizado na cidade em 1913 contabilizou trezentos e sessenta e quatro homens e duzentos e oitenta e sete mulheres, totalizando seiscentos e cinquenta e um japoneses.¹ Em 1925, havia cerca de 1600 súditos nas cidades (HANDA, 1987) e, em 1943. O Consulado Japonês da cidade contabilizou três mil e oitocentas pessoas evacuadas da cidade.²

A educação japonesa na cidade de Santos

A história dos imigrantes japoneses no Brasil se destacou, entre outras coisas, pela importância que a educação adquiriu e o ímpeto com que os japoneses lidavam com a questão. É comum encontrar na bibliografia referente ao assunto grande destaque à educação, chamando a atenção pelo elevado número de escolas japonesas que surgiram no Brasil durante a primeira metade do século XX. Em 1932, levantamentos apontaram que havia cento e oitenta e sete escolas oficializadas. Em 1938, pouco antes do governo restringir o funcionamento de escolas estrangeiras no país, especulava-se a existência de quase quinhentas escolas, entre oficiais e não oficiais, contando com um grande número de professores e alunos

¹ O recenseamento realizado neste ano indica que houve grande preocupação com o levantamento de dados para essa população já que havia indícios de poder haver mais de mil súditos japoneses na cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. *Recenseamento de 1913*. Santos: 1914).

² Relação de japoneses evacuados da Baixada Santista e do Vale do Ribeira realizada pelo Consulado Japonês da cidade. Documento presente na Associação Japonesa de Santos.

(WAKISAKA, 1992). É provável que o espírito de zelo à educação presente no imigrante japonês tenha sua origem na Revolução Meiji (1968), quando o novo governo realizou uma ampla reforma no sistema educacional, junto com a modernização total do país, extinguindo quase que por completo o analfabetismo. Essas reformas se procederam durante as décadas finais do século XIX, portanto, o imigrante que veio para o Brasil a partir de 1908 carregou consigo a importância da educação para as novas gerações (MIYAO, 1908).

A cidade de Santos não fugiu à regra, assim como os núcleos formados ao longo da linha Santos-Juquiá, que em 1932, contava com dez escolas e seiscentos e dezoito alunos ao todo. No caso específico de Santos, sabe-se, através da documentação encontrada, que na década de trinta existiram três escolas japonesa, sendo umas delas a Escola Japonesa de Santos, responsável pela coordenação do ensino japonês na região, Contudo, a primeira referência de funcionamento de escola japonesa em Santos aparecem nos documentos históricos em 1918, onde o professor Taishiro Mizuno pede “relevação de multas que lhe foram aplicadas por infração de Código de Política”. Segundo esse documento, a escola localizava-se no bairro do Campo Grande. Há uma outra referência da escola do professor Taishiro Mizuno no Anuário de Ensino do Estado de São Paulo de 1918, onde consta a relação de escolas particulares da cidade de Santos. Segundo consta, a escola de Mizuno era denominada Escola Japonesa, de ensino primário, contando com trinta e quatro alunos.

Até a década de vinte, as condições de ensino eram muito limitadas. Os primeiros professores dificilmente possuíam formação para ensinar a língua japonesa, também não havia material didático nem infraestrutura adequada (HANDA, 1987). Somente a partir de 1925 é que as condições melhoraram com a participação do governo japonês auxiliando na formação e na remuneração dos professores, na escolha dos diretores e centralizando o ensino da língua japonesa. Em 1927, fundou-se a Associação Japonesa de Ensino no Brasil, posteriormente denominada de Sociedade de Difusão de Ensino de Japoneses no Brasil, cujos objetivos seriam integrar as escolas japonesas, unificar a orientação educacional de filhos de japoneses, melhorar a qualidade e o tratamento do professor, realização de seminários e conferências sobre a educação e aperfeiçoamento de livros didáticos (WAKISAKA, 1992).

É preciso salientar que após o ano de 1925, a imigração japonesa no Brasil entrou em uma nova fase, surtindo efeitos também no campo educacional. O autor Hiroshi Saito (1961) divide a história da imigração em três períodos distintos: O primeiro é caracterizado pelas primeiras experiências com os braços japoneses na lavoura cafeeira e se estende do ano de 1908 a 1925, quando o governo do Estado de São Paulo suspende os subsídios para a introdução de novos nipônicos. O segundo período se estende de 1926 a 1941 e é marcado

pela transferência de subsídios do governo paulista para o governo japonês, sendo o período em que se atingiu o ápice de entradas nos anos de 1928 a 1933. O período se encerra com a o fim das relações diplomáticas entre Brasil e Japão em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Por fim, o terceiro período é definido pelos anos de proibição de entrada de japoneses durante a Segunda Guerra Mundial e a abertura para novos imigrantes em 1953 e 1961 (SAITO, 1961). É nesse contexto, já no segundo período e recebendo apoio do governo japonês, que surgiu a Escola Japonesa de Santos.

A escola Japonesa de Santos e a política nacionalista de Vargas

Uma característica marcante na fundação de uma colônia japonesa era a formação de associações³ para a discussão de interesses comuns, assim como formas de trabalharem em prol da criação de escolas (WAKISAKA, 1992). Em Santos, funcionou a Associação Japonesa de Santos, que adquiriu visibilidade a partir da década de vinte devido à prosperidade da colônia. Com a criação do consulado japonês na cidade em 1925, a Associação ganhou ainda mais representatividade. Era interessante para o Japão apoiar os interesses da Colônia, pois Santos representava o primeiro contato que os imigrantes tinham com o solo brasileiro, mesmo que não ficassem na cidade. Dessa forma, apoiaram a associação da cidade para construir uma escola que atendesse ao mesmo tempo a necessidade de uma instituição de ensino e onde funcionaria a sede da Associação Japonesa junto aos interesses do Consulado. Assim disse o Entrevistado IM, cujo pai desempenhou papel de secretário na Escola afirma:

Bom, evidentemente, a finalidade básica, era ser escola, mas, com certeza, em torno dessa escola, funcionou a sede da Associação Japonesa, Nihonjin-kai. Então, como você vê essas várias salas que existem por aqui, com certeza abrigaram toda a parte administrativa, não ao da escola, mas principalmente da Associação. Aliás, a escola fazia parte da associação. A Escola, em função da Associação. Quem formou a Escola foi a Associação. Dificilmente a origem, vamos dizer assim, o ponto de partida foi a Escola. Existia a associação, a necessidade de fazer com que essa cultura japonesa fosse mantida, fosse preservada. Havia necessidade de escola. Então, a Associação formou a escola e nesta importância daqui de Santos, o Governo Japonês então dispendeu, eu não sei qual valor, mas, com certeza, um valor considerável para construir isto aqui.

³ As associações eram conhecidas em japonês como *Nihonjin-kai*.

Em 1929, fundou-se a Escola Japonesa de Santos, situada na Rua Paraná, 129. Segundo certidão de registro de imóvel, cuja cópia hoje se encontra na sede da Associação Japonesa de Santos. O terreno foi adquirido em janeiro de 1929 do Sr. Cassiano dos Santos Coelho. Em 1930, a Associação entrou com o pedido de habitação do imóvel, convocando em edital publicado no jornal *A Tribuna* do dia 11 de maio de 1930 o maior número de associados possíveis para aprovação de empréstimo para o pagamento do prédio recém construído.⁴ Em 1939, a Associação adquiriu o terreno situado na Rua Antonio Bento, número 112, que corresponde à parte de trás do terreno, do Sr. Antonio Maria Martins, para a construção do internato que passou a abrigar alunos e professores vindos de regiões mais afastadas. Ao fim, a Associação contava com um terreno entre as ruas Paraná e Antônio Bento, dispondo de uma quadra para a prática de esportes e dois casarões onde simultaneamente funcionavam o escritório da associação, a escola e o internato.

A escola mantinha o curso de língua japonesa seguindo o currículo e o material didático do Japão. Havia também professores pagos pela Associação, com ajuda do Consulado, para ministrar aulas de língua portuguesa, em horários diversos ao ensino da língua japonesa. Assim a escola pôde funcionar como uma escola particular oficializada, seguindo o currículo brasileiro das escolas primárias. Junto ao ensino da língua japonesa, estavam integrados também conhecimentos gerais, história e geografia do Japão, sendo que a professora de português também era responsável pelo ensino de matemática, redação, história do Brasil etc. Os alunos, dessa forma, poderiam cursar os primeiros anos da educação na Escola Japonesa para, posteriormente, concluir os estudos, no caso ensino secundário, nas escolas brasileiras, como relata a Entrevistada TS:

Nasci aqui na Ponta da Praia e estudei no Grupo Escolar Cesário Bastos e estudei nessa Escola Japonesa que hoje é Associação Japonesa, depois eu fui para o Liceu São Paulo, fiz dois anos Curso Ginásial, hoje em dia se diz Ensino Médio, né! Onde foi que estourou a guerra e meus pais tiveram que sair da cidade, ficamos na cidade do interior seis ou sete anos (TS, Entrevista).

A escola passou a sofrer interferência das políticas governamentais a partir de 1934, quando foi proibida alfabetização em qualquer língua que não fosse o português para crianças menores de 10 anos, assim como a publicação de material didático sem antes ser devidamente inspecionado pelas autoridades (WAKISAKA, 1992). A medida forçou os pais a matricular os

⁴ A TRIBUNA. *Sociedade Japonesa de Santos*. Santos, 11 maio 1930, p. 11.

filhos em escolas brasileiras ou somente no curso de português oferecido pela Escola Japonesa:

[...] meu pai já me colocou nessa escola japonesa para mim poder estudar o japonês, a língua japonesa e a língua portuguesa, né! Então, ele me matriculou lá e na época, só era permitido aprender o idioma japonês só quando a criança tivesse 9 anos, porque aqui no Brasil, o início escolar é com 7 anos (TS, Entrevista).

As medidas restritivas agravaram-se em 1937 com a instituição do Estado Novo, quando as questões referentes à saúde e educação, antes regionalizadas, foram centralizadas nas mãos da União (SKIDMORE, 1982). Em 1938, o governo determinou o fechamento de todas as escolas estrangeiras, sendo que, se continuassem a funcionar, seriam consideradas clandestinas (DEMARTINI, 2000). Com isso a escola teve que se adequar às novas exigências reforçando o ensino de português seguindo o modelo de uma escola pública. Em 1940, foi decidido em assembléia pela alteração do nome da Escola para Sociedade Instrutiva Vila Mathias,⁵ provavelmente para aliviar as pressões do governo e manter-se em funcionamento como uma escola particular.

O funcionamento da Escola Japonesa de Santos, assim como da escola localizada no Saboó, foi interrompido com a determinação de fechamento e a nacionalização de qualquer instituição relacionada a imigrantes alemães e japoneses.⁶ Ao juntar-se aos Aliados, o governo brasileiro considerou inimigos de guerra Alemanha, Itália e Japão, fazendo recair sobre imigrantes dessas nacionalidades uma traumática repressão. Os livros e jornais japoneses foram proibidos de circular e qualquer palavra pronunciada na língua nipônica era considerado crime contra a nação. A própria educação passou a ser vista como uma questão de segurança nacional (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Porém, o mais traumático ainda estava por vir. Em julho de 1943, o governo, por medidas de segurança nacional, determinou a remoção de todos os japoneses, alemães e italianos da costa brasileira. Com essa medida, as famílias japonesas foram obrigadas a se retirarem de Santos em menos de vinte e quatro horas, deixando para trás tudo aquilo que construíram.⁷ Nessa ocasião, os entrevistados são unânimes em afirmar que foi uma ação

⁵ Certificado cuja cópia encontra-se na Associação Japonesa de Santos.

⁶ Decreto-lei nº 4.166, 11 de março de 1942, publicado no *Diário Oficial Federal* em 12 de março de 1942, que determinava confisco de bens de pessoas físicas e jurídicas como forma de indenização pelos danos causados na Guerra.

⁷ No dia 10 de julho de 1943 (p. 10), o Jornal *A Tribuna* noticiou em primeira mão a remoção dos japoneses da cidade, flagrando inclusive sua permanência na Hospedaria dos Imigrantes.

desesperadora para a colônia. Muitas famílias foram desmembradas, outras tiveram que deixar seus filhos para cuidar dos negócios, sendo que destes, muitos foram até saqueados pelos próprios vizinhos. A Escola Japonesa foi obrigada a fechar e a suspender as aulas, tanto de japonês como de português.

O Entrevistado SY relata que seu pai ficou designado a cuidar do casarão e dos documentos referentes à Colônia Japonesa durante um curto período, até que o Governo determinou a incorporação do casarão ao patrimônio da União. Na ocasião, o Consulado da Suécia foi designado a cuidar da documentação, sendo que até os dias atuais não foi possível localizá-la, pois provavelmente foi destruída. Após muitas décadas de luta, juntamente com as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa, é que a Colônia pôde reaver o antigo casarão onde funcionou a Escola Japonesa de Santos.

Considerações finais

O colono japonês chegou ao Brasil com a consciência de que através da educação poderia transmitir os ensinamentos de sua língua e os costumes dos ancestrais. Também imaginava poder voltar rapidamente à terra natal, assim não desejava que seus descendentes regressassem ignorantes na cultura japonesa, podendo ser alvos de preconceito. Assim, logo nos primeiros anos de imigração, os colonos procuraram de alguma forma transmitir aos novos essa educação, que no início era feita em residências particulares, de forma precária, podendo reunir uma ou mais crianças e jovens. Na medida em que as esperanças de regresso foram se esvaindo e as colônias crescendo substancialmente, surgiu a necessidade de construção de escolas, que passaram a simbolizar o centro da Colônia, onde seria local de instrução para os mais jovens, além de lugar de discussão de problemas comuns e reuniões festivas.

No caso de Santos, as fontes revelaram escolas bem estruturadas para servir as colônias somente na década de 1930, sendo que nas primeiras décadas, a maioria dos colonos se viu diante de um dilema quanto à instrução de seus filhos, pois desejavam educá-los aos moldes japoneses, mas dispondo somente da educação pública oferecida nos grupos escolares.

Durante as duas primeiras décadas, a educação japonesa estava voltada apenas para o ensino da língua nipônica. Somente a partir da década de trinta, o ensino da língua portuguesa foi incorporado nas escolas japonesas, onde muitas inclusive adotaram o currículo das escolas públicas, como por exemplo, a Escola Japonesa de Santos. Há duas hipóteses prováveis para a incorporação do ensino primário brasileiro na Escola Japonesa de Santos. Primeiro seria uma

forma de oferecer maiores oportunidades de integração a cultura ocidental do Brasil, principalmente para os recém-chegados do Japão, sem que estes não precisassem recorrer, pelo menos em um primeiro momento, aos grupos escolares. Segundo, seria uma forma de não deixar desamparado àqueles alunos em idade inferior aos dez anos para o ensino da língua japonesa, assim permaneciam com as outras crianças, aprendiam o português na Escola Primária e, atingindo a idade correta, seguiam com os estudos da língua nipônica.

Até a expulsão dos japoneses da região litorânea, a Escola demonstrou grande estrutura para contornar ou superar as imposições do governo, sendo que nos últimos anos de funcionamento, o estabelecimento teve até que mudar o nome, de Escola Japonesa para Sociedade Instrutiva Vila Mathias, onde provavelmente ensinou somente o português para poder se manter em funcionamento.

Os últimos anos, culminando com o fechamento em quarenta e três, trouxeram resultados negativos para a Colônia e para o ensino da língua japonesa na cidade. A começar pelo trauma causado nas pessoas que vivenciaram essa época. Todos os entrevistados são unânimes em lembrar o dia da remoção, afirmando ter sido uma experiência traumática, onde os pais perderam o que tinham construído ao longo dos anos no Brasil e desconheciam seus destinos a partir de então. A interrupção do ensino de japonês fez com que toda uma geração deixasse de aprender a língua de seus pais, tendo que recorrer muitos anos mais tarde, às escolas particulares ou mesmo deixarem de estudar a língua nipônica para sempre. Além disso, muitas famílias, instaladas no interior do Estado, não regressaram mais para a região litorânea, e as que voltaram, tiveram que recomeçar praticamente do zero, assim como quando chegaram ao novo país em 1908.

Referências

A TRIBUNA. Santos, 10 jul. 1943, p. 10.

_____. *Sociedade Japonesa de Santos*. Santos, 11 maio 1930, p. 11.

BRASIL. Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942. Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil. *Diário Oficial Federal*, Brasília, DF, 12 mar. 1942.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: Elementos para a história da educação brasileira. *Educação e Sociedade*, n. 72, ago. 2000.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: História da sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MIYAO, Sussumu. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: SAITO, Hiroshi (Org.). *A Presença Japonesa no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, Ed da Universidade de São Paulo, 1980. p. 91 – 99.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908 – 1922)*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1961.

SANTOS. Prefeitura Municipal de Santos. *Recenseamento de 1913*. Santos: 1914

SCHWARTZMAN, Simom; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930 – 1964*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WAKISAKA, Katsunori (Coord.) et al. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.